



# Anais da Assembleia

Nº 044

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE ABRIL DE 1991

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 33.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 1991.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Anpi-belli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Heinz Herwig e Albino Corazza (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Assembleia Legislativa tem a honra de receber nesta tarde, os fundadores da Colônia WITMARSUN que completa quarenta (40) anos de sua existência.

Estão aqui numa comitiva, comandada pelo Diretor Presidente da Cooperativa Mista Agropecuária WITMARSUN, Senhor Sieghard EPP, em nome deste Parlamento, nós queremos cumprimentar a todos e desejar uma boa estada entre nós.

Muito nos honra a presença de todos aqui nesta tarde.

O Senhor 1º Secretário Deputado João Arruda, fará a leitura do expediente encaminhado à Mesa..

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OF. Nº ACN 047/91

Curitiba, 29 de abril de 1991.  
Senhor Secretário.

Em vista de compromissos oficiais que requerem a nossa presença no Oeste do Estado, a saber: a visita do Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, a visita do Governador do Estado e outras atividades de interesse da população paranaense que representamos, justificamos nossa ausência das sessões, desta Assembleia Legislativa, nos dias 29 e 30 de abril, e 02 de maio.

Sem mais, renovamos nossos protestos de respeito e consideração.

(a) ALBINO CORAZZA.

REQUERIMENTO Nº 926

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, comunica a Vossa Excelência que estará ausente do País nos dias 29 e 30 do corrente, em viagem de estudos, sem ônus para este Poder.

Sala das Sessões, em 29.04.91.

(a) HEINZ HERWIG

REQUERIMENTO Nº 929

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados em regime de urgência os Projetos de Lei:

144/91 - objetiva conceder abono de 40% sobre salários e vantagens permanentes, percebidos em março de 1991, aos servidores das entidades de administração indireta que especifica;

151/91 - objetiva criar a Secretaria de Estado da Justiça e adota outras providências.

Sala das Sessões, em 29.04.91.

(a) DIRCEU MANFRINATO

## REQUERIMENTO N° 917

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado votos de congratulações pela passagem do 112° aniversário de fundação do município de Palmas. Solicita que deste requerimento seja dada ciência ao Senhor Dimorvan Carraro, mui digno Prefeito Municipal, e ao Senhor Josemar Bannach Fonseca, mui digno Presidente da Câmara Municipal de Palmas.

Sala das Sessões, em 29.04.91.

(a) NEIVO BERALDIN

## JUSTIFICATIVA:

Palmas com área de 3.245 km<sup>2</sup> e com uma população de mais de 35.000 habitantes, herdeiros de colonizadores que bravamente ocuparam os "Campos de Palmas", para criação e invernagem de gado, e que a tornaram, hoje, a detentora do mais importante rebanho bovino da raça Caracu do País.

Não só por isso, Palmas é merecedora desta homenagem, mas também pela sua pujança industrial, comercial e agrícola. Conta com mais de 100 propriedades rurais que produzem soja, milho, batata, cevada, arroz, gado de corte e de leite, além de suínos, caprinos e ovinos. São 83 indústrias, mais de 300 estabelecimentos comerciais, além de 226 empresas de serviços, hospitais, escolas e rádio.

Sua conceituada faculdade atende não só aos municípios de sua região, como também os do oeste de Santa Catarina e até do Rio Grande do Sul.

Palmas também contribui com a produção de maçã, além de batata-semente experimentando com estas especialidades um novo desenvolvimento com excelentes perspectivas.

Portanto, homenageá-lo no seu aniversário, estentendo esta a todos seus municípios, é reconhecer Palmas como um município que engrandece e escreve a História do Paraná.

## REQUERIMENTO N° 935

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro de votos de congratulações ao Procurador Geral da República, Dr. Jaceguay Ribas, que tomou a defesa dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação.

Sala das Sessões, em 29.04.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

## JUSTIFICATIVA:

Em princípio, o Procurador Geral da República, Dr. Jaceguay Ribas, entende que a Lei n. 8.177, aprovada pelo Congresso Nacional que reajusta as prestações em até 1000% anualmente, poderá ser considerada inconstitucional.

Neste sentido, vai defender recurso na Justiça.

## REQUERIMENTO N° 936

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de congratulações à Secretária Gilda Poli da Cultura, pela felicidade na escolha da jornalista Naddyege Almeida, para a Direção do Museu de Arte Contemporânea.

Sala das Sessões, em 29.04.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

## JUSTIFICATIVA:

Toda vez que um jornalista é alçado a um cargo de direção, nos sentimos na obrigação de ressaltar o acontecimento pela visão que tem das coisas. E, no caso, trata-se de um acontecimento duplamente importante, por se tratar da esposa do nosso mais lido colunista social e amigo, Dino Almeida.

## REQUERIMENTO N° 915

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente oficial aos Senhores Senadores e Deputados Federais representantes do Estado do Paraná no Congresso Nacional, solicitando a eles um empenho especial no sentido de conseguir que o Governo Federal elabore um novo projeto de regulamentação da seguridade social, especialmente no tocante à Previdência Social, para possibilitar ao aposentado rural a percepção de, no mínimo, um salário.

Sala das Sessões, em 29.04.91

(a) EURIDES MOURA.

## JUSTIFICATIVA:

A regulamentação da Seguridade Social é necessária para que os benefícios da Previdência e Assistência Social, previstos constitucionalmente, adquiram eficácia plena.

Os prazos constitucionalmente estabelecidos já estão esgotados e as tentativas de regulamentação feitas até agora resultaram inúteis, diante do veto presidencial à lei.

Nossa preocupação maior é ver a lei possibilitando ao trabalhador rural receber integralmente seus benefícios estabelecidos pela Constituição e que a falta de lei regulamentadora está cerceando.

Nada mais justo que o trabalhador rural, após uma longa e sofrida vida de lutas, em sua velhice, receba uma aposentadoria, pelo menos mínima, para suas necessidades vitais.

A metade de um salário-mínimo atualmente paga é um desrespeito à lei e ao

trabalhador.

Com a presente medida, espera-se da bancada paranaense no Congresso Nacional um trabalho conjunto para mobilizar os poderes competentes para elaborar e fazer tramitar e aprovar urgentemente tal regulamentação.

#### REQUERIMENTO N° 916

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando estudos dos órgãos competentes do Poder Executivo para a isenção do ICMS aos fertilizantes e insumos agrícolas, a exemplo de outros Estados da Federação, como São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Sala Das Sessões, em 29.04.91

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

#### JUSTIFICATIVA:

A isenção do ICMS dos insumos e defensivos agrícolas vai baratear o custo da comida do trabalhador. A medida não é inédita, pois outros Estados estão procedendo desta maneira. Outro fator positivo é que a produção paranaense ficará com o preço de mercado competitivo, levando vantagem, sobre aqueles que não adotam a medida. Por certo, o Poder Executivo agindo da forma como solicitado, encontrará inúmeras razões, de caráter social e econômico que justificam a iniciativa. O envio de uma mensagem contemplando a referida insenção, por certo, será recebida com aplausos pela população e aprovada neste Poder Legislativo.

#### REQUERIMENTO N° 918

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional, Escola Estadual Tiradentes, Ensino de 1° Grau, em Umuarama. (Av. Afonso Pena, s/n).

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Prefeito Municipal, Alexandre Ceranto, ao Presidente da Câmara Municipal, Inácio Pereira Pinto e ao Diretor do estabelecimento.

Sala das Sessões, em 29.04.91.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois sua conservação não é feita pelo Estado há

muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgentemente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

#### REQUERIMENTO N° 919

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional denominada, Escola Estadual Princesa Isabel, Ensino de 1° Grau, em Umuarama. (Rua Florianópolis, s/n).

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Prefeito Municipal, Alexandre Ceranto, ao Presidente da Câmara Municipal, Inácio Pereira Pinto e ao Diretor do estabelecimento.

Sala das Sessões, em 29.04.91.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgentemente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

#### REQUERIMENTO N° 920

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional denominada, Escola Estadual Tiradentes, localizada na Av. Principal, s/n, no Patrimônio do Cedro, em Umuarama.

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Prefeito Municipal, Alexandre Ceranto, ao Presidente da Câmara Municipal, Inácio Pereira Pinto e ao Diretor do estabelecimento e ao Vereador Sebastião Calixto Barbosa.

Sala das Sessões, em 29.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgentemente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 921

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional denominada, Escola Estadual Monteiro Lobato, Ensino de 1° Grau, sito à Av. São Paulo, s/n, em Umuarama.

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Prefeito Municipal, Alexandre Ceranto, ao Presidente da Câmara Municipal, Inácio Pereira Pinto e ao Diretor do estabelecimento.

Sala das Sessões, em 29.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgentemente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 922

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional denominada, Escola Estadual Vereador José Balan, Ensino de 1° Grau, (Rua Anhumai, 3284, em Umuarama).

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Prefeito Municipal, Alexandre Ceranto, ao Presidente da Câmara Municipal, Inácio

Pereira Pinto e ao Diretor do estabelecimento.

Sala das Sessões, em 29.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgentemente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 923

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional denominada, Colégio Estadual de Vila Alta, no distrito de Vila Alta, em Umuarama. (Rua 11, s/n).

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Prefeito Municipal, Alexandre Ceranto, ao Presidente da Câmara Municipal, Inácio Pereira Pinto e ao Diretor do estabelecimento e ao Vereador José Ilton de Oliveira.

Sala das Sessões, em 29.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgentemente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 924

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional denominada, Colégio Estadual Lourenço Filho, Ensino de 1° e 2°

Graus, no Distrito de Serra dos Dourados, em Umuarama.

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Prefeito Municipal, Alexandre Ceranto, ao Presidente da Câmara Municipal, Inácio Pereira Pinto e ao Diretor do estabelecimento.

Sala das Sessões, em 29.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgentemente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 925

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional denominada, Colégio Estadual de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Prefeito Municipal, Alexandre Ceranto, ao Presidente da Câmara Municipal, Inácio Pereira Pinto e ao Diretor do estabelecimento.

Sala das Sessões, em 29.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgentemente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 930

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente no sentido de solicitar ao Senhor Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes, a duplicação da PR-092, Rodovia dos Minérios, no

trecho que liga Curitiba a Rio Branco do Sul, por se fazer urgente e evitar maiores acidentes.

Sala das Sessões, em 29.04.91.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Os acidentes ocorridos nesta estrada, têm ceifado um grande número de vidas e causado grandes prejuízos materiais. Os transtornos são inúmeros devido ao grande volume de tráfego de caminhões, e por ser uma estrada estreita e com muitas curvas, as ultrapassagens são perigosas e muitas vezes fatais.

O volume de riquezas transportadas por esta rodovia, por si só garantem o investimento do Estado, além de preservar a vida dos que nela transitam trabalhando, ou vindo até esta Capital para tratar de assuntos particulares, médicos, etc.

Conclamamos as nossas autoridades, para que se sensibilizem e atendam a reivindicação do povo de Almirante Tamandaré e Rio Branco do Sul.

REQUERIMENTO N° 934

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Doutor RENATO PEDROSO, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitação para que seja providenciado a instalação de um Cartório Civil no Distrito de Caetano Mendes, município de Tibagi, Estado do Paraná.

Requer ainda, que do presente, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor OTTO CU-NHA, Deputado Federal.

Sala das Sessões, em 29.04.91.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Plauto Miró Guimarães

REQUERIMENTO N° 928

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja oficiado ao Senhor Secretário de Segurança Pública, Doutor Moacir Favetti, para que preste os seguintes esclarecimentos, a propósito da denúncia envolvendo a Prefeitura de Araucária e Empreiteiras, sobre fraudes na licitação de obras de saneamento:

1. Quem recebeu a denúncia anônima sobre a existência de fraude?
2. Quando foi este recebimento?
3. Os recursos utilizados na obra em questão, são de origem estadual?
4. A afirmação do Delegado Luiz dos Santos, garantindo "que a Comissão de Li-

citação da Prefeitura de Araucária agiu com extremo rigor e plena lisura" se deve exatamente a quê? Quais foram estas medidas rigorosas adotadas?

5. Quais as empresas (empreiteiras) envolvidas?

6. Que medidas adotou a Secretaria de Segurança Pública a respeito?

7. Enviar cópia do Edital de Convocação de Licitação.

Sala das Sessões, em 29.04.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### JUSTIFICATIVA:

Pelas notícias veiculadas pela imprensa, é extremamente importante que se adote todas as medidas necessárias ao amplo e severo esclarecimento deste episódio. Estamos em fase de grande transparência das coisas públicas e o Senhor Secretário de Segurança, Doutor Moacir Favetti, já tomou as primeiras providências. Mas é indispensável que esta Casa tome conhecimento de todo o processo, conheça a sua tramitação e some esforços no total esclarecimento deste episódio!

#### REQUERIMENTO N° 931

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado ao Diretor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, o seguinte pedido de informações:

- Quais os critérios usados para a implementação do Programa Habitacional do Servidor Público do Estado do Paraná;

- quando da inscrição do servidor ao Programa, quais os critérios usados para a aprovação da inscrição; os prazos de entrega do imóvel e outros detalhes próprios que são fornecidos aos mutuários;

- quanto ao Conjunto Residencial Padre Anchieta, localizado no Bairro Campina do Siqueira, à Rua Padre Anchieta, com previsão de entrega para setembro/87, e que já encontra-se concluído e por razões não explicadas, ainda não foi entregue aos servidores que adquiriram os apartamentos;

- se é possível um mesmo servidor inscrever-se para adquirir mais de um imóvel.

Aguardamos as informações solicitadas em breve espaço de tempo.

Sala das Sessões, em 29.04.91.

(a) CARLOS SIMÕES

#### JUSTIFICATIVA:

As reclamações dos servidores públicos inscritos no Programa Habitacional do Servidor Público, são constantes, principalmente os que adquiriram imóveis no Conjunto Residencial Padre Anchieta, pois as desculpas dadas aos interessados não convencem.

Gostaríamos que os comentários corren-

tes não fossem verdadeiros, pois diz-se que os imóveis estão sendo entregues aos funcionários mais graduados e com "influência" no Programa.

Assim, para que as funções reais do Programa não sejam maculadas, se fazem necessários os esclarecimentos solicitados.

#### REQUERIMENTO N° 933

Senhor Presidente.

Antecipar-se aos acontecimentos é ter visão de estadista, é função de todo bom governante.

O Tratado de Assunção, marco inicial para a criação do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, proporcionará, até 31 de dezembro de 1994, o livre trânsito de pessoas, capitais, produtos e serviços no território comum das nações signatárias, proporcionando uma nova face para o Cone Sul da América. Avaliar o que significa isto em termos econômicos e sociais para o Paraná, é fundamental; fazer uma integração consciente e planejada, é imprescindível.

Senhores Deputados.

O contato com o Paraguai nesta viagem que o Governador fez, nos antecipa os acontecimentos e exige que busquemos unir as comunidades em um encontro onde as oportunidades e as complementariedades da economia paranaense/paraguaia sejam apresentadas a cada um de nós, que representamos regiões, devemos ter o conhecimento destas oportunidades para que incentivemos aos empresários das nossas regiões, a fim de que participem desta aproximação histórica de iniciativa do nosso Governador.

Portanto, Senhores Deputados, é necessário que esta Casa promova o "1° Encontro Bilateral do MERCOSUL", reunindo empresários, técnicos e políticos do Uruguai e do nosso Paraná, aqui nesta Casa, para que possamos, através de contatos sucessivos, unir nossa gente.

O mundo está cada vez menor. Devemos olhar o exemplo do Mercado Comum Europeu. A integração das economias asiáticas e da América do Norte. Temos que acompanhar a evolução da economia mundial e, como representantes eleitos do povo do Paraná, capitalizar estas mudanças para o Estado, em forma de negócios, empregos e progresso tecnológico. Também devemos aproveitar a posição estratégica do nosso Estado e fazer de Curitiba a Capital do MERCOSUL, um centro econômico e geográfico de integração comercial do Cone Sul.

Por isso, vimos aqui propor um novo encontro, desta vez com o Uruguai, para ampliar nossas relações com este País, antecipando o processo de integração.

Sala das Sessões, em 29.04.91.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO N° 932

Curitiba, segunda, em 29.04.91

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA DE MACEDO, Deputado Estadual que este subscreve, pede a inserção nos Anais da Assembléia, do Editorial da "Gazeta do Povo", denominado "INTEGRIDADE TERRITORIAL DO PARANÁ", como manifestação do apoio desta Assembléia à posição paranaense de repúdio a qualquer tentativa de exploração territorial do nosso Estado, sobremaneira à extemporânea - e ultrapassada - idéia de recriação do Território do Iguaçu, na Região Oeste.

Sala das Sessões, em 29.04.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

**JUSTIFICATIVA:**

Ao jurarmos a Constituição paranaense, todos os Deputados Estaduais nos comprometemos com a integridade territorial do Estado, estando obrigados ao zelo pelo bem comum do nosso povo - o que compreende o veemente repúdio a qualquer tentativa de fragmentar o Estado.

Também temos a obrigação de mostrar aos que aqui nasceram, e aos que aqui escolheram viver, a importância de preservação da nossa atual geografia, trabalhando pelo seu aperfeiçoamento de forma incansável, voltados para a criação de "igualdade de oportunidades para todos os paranaenses", em todas as regiões, evitando - e até combatendo - "aquilo que divide".

**Projeto de Lei:**

PROJETO DE LEI N° 159/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica concedido, a partir de 1° de maio de 1991, reajuste equivalente a 158% (cento e cinquenta e oito por cento), sobre a remuneração de abril do corrente, aos servidores e professores das Fundações Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.04.91.

(aa) NILTON CÉSAR SERVO

JOAO IENSEN

Apoiamto: Plauto Miro Guimarães, Duílio Genari, Nelson Garcia e Mário Bezerra.

**JUSTIFICATIVA:**

O reajuste proposto no presente projeto de lei vem de encontro a defasagem salarial constatada junto ao pessoal das fundações das Escolas de nível Superior do Estado, bem como das Universidades Estaduais.

Com a finalidade de corrigir esta distorção, contamos com a aprovação dos Senhores Deputados nesta Casa de Leis.

Anexo a este juntamos documentos endereçados aos Senhores Deputados pela Comissão de Negociação do Pessoal da Universidade Estadual de Maringá.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerra a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente e Senhores Deputados, com o advento da Constituição Brasileira de 1988, após a sua devida regulamentação, no prazo de seis meses, deveria o aposentado do FUNRURAL, passar a perceber uma aposentadoria de um salário-mínimo.

Entretanto, decorridos quase três anos da promulgação daquela Carta Magna, infelizmente até hoje, medidas positivas e sérias não foram tomadas, neste sentido.

Sabemos que dois anos pós a promulgação daquela Constituição, o Congresso Nacional, após um trabalho gigantesco, conseguiu a sensibilidade do Senhor Presidente da República da época, José Sarney, e não foi fácil o trabalho daqueles nossos amigos, daqueles Constituintes, em conseguir esta determinação.

Contudo, infelizmente, houve um veto Presidencial, pelo atual Presidente Collor. Isto é lamentável, porque um trabalhador aposentado, com 65 anos de bons serviços à Pátria Brasileira, lavrando o solo, trabalhando com firmeza e dedicação durante este período, realmente, muito longo, recebe oito mil e quinhentos cruzeiros.

Estes dias acompanhei alguns dos trabalhadores da região e constatamos que, realmente, é uma loucura o que recebe o trabalhador aposentado, depois de uma vida trabalhando para a sustentação da agricultura, trabalhando para a conquista de melhoria de sua vida pessoal e particular, aposenta-se ganhando o miserável salário de 8.5% salários-mínimos.

Senhores, neste sentido estamos encaminhando à Mesa Diretora dos Trabalhos, um requerimento pedindo a sensibilidade dos Senhores Deputados desta Casa para que aprovelem este nosso requerimento, porque assim sendo, estaremos solicitando ao Congresso Nacional, através da Bancada Paranaense, a sensibilidade, o trabalho de cada um, independentemente de facção partidária e de partidos políticos; uma luta com seus colegas do Congresso Nacional, para que haja sensibilidade do atual Presidente da República, Fernando Collor de Mello, que dê ao trabalhador aquilo que foi conquistado com luta, foi conquistado com trabalho, que é o mínimo de um salário-mínimo. Porque sinceramente, viver ho-



je no Brasil com um salário-mínimo, é preciso fazer milagre.

Por isto, gostaria de contar com o apoio da Mesa e dos Senhores Deputados, para que fosse enviado expediente aos nossos amigos, aos nossos companheiros do Congresso Nacional, Bancada do Paraná.

Muito obrigado aos Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Lamentamos, mais uma vez, ter que usar esta tribuna para falar sobre o impasse educação pública e a forma como é tratada, e continua sendo tratada neste Estado.

Lamentamos profundamente que quando se cria a lei, quando se faz uma Constituição, como se fez a Constituição Federal, como se faz a Constituição Estadual, assegura-se nestas Cartas Magnas o direito à manifestação dos trabalhadores quando estes, através de algumas tentativas de diálogo, têm a necessidade de ir ao impasse, chegando muitas vezes à movimentação; a exemplo do que há hoje nas universidades estaduais do Paraná.

Creio que aqueles que aprovaram e que aprovam leis deviam citar, como em casos semelhantes a este, que o direito à greve estava assegurado até o momento em que não se fizesse a manifestação contra os governantes, contra aqueles que se acham donos do Poder. Porque toda a vez que houvesse a manifestação, iríamos como governantes nos enclausurar no Poder, mostrando que temos a força, temos o poder de decisão e não negociamos com quem está em greve. Então haveria necessidade de se rasgar as Constituições porque, de fato, só se cumprem quando se tem a vontade de Executivo, ou a vontade daqueles que têm o poder de reprimir a manifestação do trabalhador brasileiro.

Lamentamos, neste momento, e tivemos hoje a felicidade de receber, em nosso gabinete, um trabalho maravilhoso da Universidade Estadual de Maringá e que traz alguns dados que são preocupantes. Porque sentimos, através dos dados que nos passaram os companheiros da Universidade de Maringá, que de fato em Maringá, assim como acreditamos nas universidades e escolas de terceiro grau do Paraná, está se fazendo um trabalho sério, um trabalho que atenda os anseios da educação. Este trabalho simplesmente não é feito, não é respeitado por quem deveria, num ato de grandeza. Ao invés de dizer ao Paraná que não negocia com quem faz greve, deveria saber e conhecer esta realidade. Acreditamos que o ato de grandeza se faz mostrando esta realidade.

de. Um ato de grandeza se faz indo à negociação, indo à mesa do entendimento, e acreditamos que isto representa muito mais do que medir as forças.

As diversas universidades pararam naquela promessa de que o Governo do Estado as atenderia e estas universidades deram quinze dias de prazo para retomar este movimento. Ficou no movimento, a Universidade de Maringá, em que vejo que nada impede que se estabeleça uma comissão, que se estabeleça a negociação.

Este Parlamento aprovou a criação de uma Comissão Parlamentar para tentar intermediar este impasse Governo-professores. Lamentavelmente nem este Poder aqui é respeitado. Nem este Poder aqui é ouvido. Nem este Poder aqui é atendido. Lamentavelmente ainda sentimos que Deputados se deixam levar pela tentativa de desmobilização. Acreditamos que está perdendo o Paraná. Acreditamos que está perdendo a nossa universidade. Acreditamos que está perdendo a sociedade paranaense com uma posição de intransigência.

Lamento profundamente como Deputado desta Casa, representando mais de dez milhões de paranaenses e também nós deste Poder não somos respeitados e muitos se curvam aos desejos do Executivo.

Gostaria de solicitar o Horário da Liderança do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Vossa Excelência já está falando no Horário da Liderança do PSB.

O SR. PAULO MAIA - E nós queremos aqui, apenas, registrar alguns dados desta pesquisa que nos traz os companheiros da Universidade Estadual de Maringá. Aquela Universidade conta hoje com aproximadamente 91 doutores, nós estamos sabendo que parte desse pessoal especializado está deixando o Paraná sendo chamado para outros Estados a exemplo do Estado de São Paulo, da UNICAMP, da USP e outros estados que de fato estão investindo no processo educacional.

Nós registramos hoje em nosso Gabinete com pesar uma declaração de companheiros da Universidade de Maringá, isto é lamentável e esta Casa tem que registrar que para que alguns projetos de educação estejam funcionando os próprios professores têm que tirar dos seus poucos investimentos para fazer com que esses setores funcionem. Isto é lamentável. Como é lamentável também e nós não sabemos porque o Estado não determinou que se cortasse água, luz e telefone das universidades, também está em atraso, acho que porque a coisa ficaria mais feia ainda, porque em alguns setores da saúde isso já foi feito. Nós temos que lamentar que para se fazer um



quadro semelhante ao quadro docente que tem hoje a universidade de Maringá e as universidades do Paraná se leva mais de década para se construir esse quadro, mas se destrói de um momento para outro com atos irresponsáveis, com atos de irresponsabilidade. Por se desconhecer de fato o que se passa no processo de educação pública a nível de País com a Universidade totalmente sucateada, com a escola pública de primeiro e segundo graus totalmente sucateada, totalmente abandonada e antes de se viver, antes de se conhecer essa realidade, parte-se para a intransigência, pede-se a redução de 30% das despesas das Universidades sem se conhecer o fato de que o Paraná é um dos piores Estados a remunerar hoje os docentes e um dos poucos Estados que faz o investimento decente na área de pesquisa, na área de extensão universitária, porque isto representa a complementação dos estudos universitários. Esses cidadãos que passam pelas Universidades obviamente serão os sustentáculos deste País num futuro não muito distante. Nós temos aqui a registrar, inclusive num dos dados que nos fornecem os companheiros daquela Universidade, "o papel das Universidades Públicas poderá ser melhor compreendido, se analisado num contexto mais amplo da realidade histórica que estão inseridos. Embora fale-se de modernidade e de primeiro mundo, a realidade dos países da América Latina está mais próxima do quarto mundo que do terceiro. Haja vista que, participando com 8% da população do planeta, a América Latina decai na produção e nos demais indicadores qualitativos, conforme verifica-se colocados em seguida: 6% do PIB; 5,5% das manufaturas; 3% dos bens de capital; 2% dos engenheiros e cientistas; 1% da verba para pesquisa; 1% de publicação em demais artigos".

No caso brasileiro dos indicadores acima, combina-se outro grave fator com seu atraso: a profunda distorção na distribuição de renda que se sustenta também na baixa qualificação econômica, científica e profissional da população; e vejamos as consequências: a miséria, a mortalidade infantil, as violências, as epidemias e outros mais.

Nós temos alguns dados estaremcedores que precisam ser registrados. A transformação da realidade de dependência econômica e miséria da população, depende principalmente, entre outros fatores, do investimento em educação, e nós sempre dizíamos isto aqui, este País há de não ser mais o quintal das grandes potências internacionais, no momento em que tiver a consciência de que esta realidade poderá se transformar em realidade séria deste País com investimento em educação e vejamos dados estaremcedores que o Brasil tem em

termos de pesquisa.

Nós temos hoje investimento. Nós temos uma receita em investimento e pesquisa, o PIB brasileiro, de 313 bilhões; os Estados Unidos com 4 trilhões. No Brasil se investe 0,5% em pesquisa, enquanto no Japão se investe 2,8% e nos Estados Unidos 3%.

Passamos a outro quadro estaremcedor: relação pesquisador/habitante em milhões. Na Alemanha Ocidental, com 61 milhões de habitantes, têm-se 180 mil o número de pesquisadores; na França, com 55 milhões, têm-se 180 mil; nos Estados Unidos, com 238 milhões, têm-se 750 mil; no Japão, com 120 milhões, faz-se um investimento de 350; e no Brasil, nós temos, com 144 milhões, 50 mil.

É vergonhoso, é lamentável, e nós acreditamos que quando houver seriedade, quando este País sair da grande crise que atravessa, que é a crise moral e fizer de fato investimento decente no campo da educação, nós estaremos citando uma realidade que é o quadro que a população paranaense e a brasileira espera em termos de educação e no reverso deste quadro, mas desde que a seriedade parta dos pequenos, parta das Câmaras Municipais, das Assembléias Legislativas, do Congresso Nacional e que todos nós vejamos educação como prioridade e não se trate a educação como no Paraná hoje se trata a manifestação dos professores de terceiro grau desta forma que aí está posta.

Era só, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu queria, neste momento, registrar a presença em nosso plenário dos pioneiros na formação da Colônia Witmarsun em nosso Estado do Paraná, pioneiros originários da Alemanha, que vieram da Rússia no ano de 1.929 até Santa Catarina e que no ano de 1.951 instalaram-se aqui na nossa região dos Campos Gerais de Ponta Grossa, constituindo esta grande empresa, esta grande cooperativa, hoje a Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsun Ltda., que hoje em Curitiba representa através da empresa "Cancela", o fornecimento de 25% do leite aqui em nossa Capital; 15% de frangos; além da questão de cereais.

Queremos também agradecer penhoradamente a visita destes pioneiros que muito contribuíram com o nosso Estado do Paraná e agradecer também na pessoa do seu Presidente, Diretor Presidente, Senhor Sieghard Epp, que está aqui também nos prestigiando.

Muito obrigado em nome desta Casa e parabéns pela luta, pelo progresso que trouxeram ao nosso Estado, a nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o Senhor Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Nos, do Partido dos Trabalhadores, no ano passado tivemos que decidir durante o primeiro e o segundo turno qual seria a posição do Partido dos Trabalhadores para votar, se Martinez ou se Requião e nós analisamos friamente e constatamos que a opção estava entre o que é ruim e o que era muito ruim para o Paraná. Em cima desta constatação nós do Partido dos Trabalhadores optamos e pregamos o voto nulo porque entendíamos que nenhum dos dois satisfazia os anseios e as necessidades da classe trabalhadora. Entendíamos que nem Martinez e nem Requião seriam ou são representantes da classe trabalhadora e que sim, ambos representam burguesia e setores da burguesia brigando entre si para ver quem assegurava o poder. Hoje transcorridos poucos dias depois da posse de Requião nós temos absoluta certeza que não nos enganamos, pois Requião, a serviço da burguesia que se coloca é contra a classe trabalhadora. Já demonstrou no momento que teve que trabalhar e relacionar-se com os primeiros trabalhadores em greve na sua gestão. Para mim que sou servidor público do município de Curitiba não é novidade a postura de Requião, pois durante uma greve dos professores públicos municipais Requião disse que a maioria estava em greve porque eram mulheres e eram mal casadas e que se fossem bem casadas teriam procurado marido rico e aí não precisavam fazer greve para aumentar o salário. Além de uma posição clara de defesa da burguesia com esta posição, é uma posição de machismo, de ofensa a todas as mulheres, não só paranaenses, mas brasileiras. Agora os professores encontram-se em greve levados pela administração pública do Estado do Paraná. Durante dezoito vezes procuraram negociar com a administração de Álvaro Dias e durante três reuniões com o Secretário de Requião nada foi resolvido. Roberto Requião disse que negociaria com quem não estivesse em greve. O IAPAR, IPARDES, EMATER não entraram em greve. Requião não negociou. Como rei e como monarca definiu que se 40% seria suficiente e para cá mandou somente 40% sem negociar as perdas salariais e hoje quem está perdendo é a população paranaense. Os trabalhadores da universidade de Maringá que estão em greve percebem os menores salários de todo o Brasil. Através de documento entregue a todos os Deputados nesta Assembléia Legislativa deixaram claro que o salário de um professor da Universidade Estadual de Maringá é de 138 mil, enquanto a PUC de São

Paulo, 299 mil cruzeiros e já com negociação escalonada de reajuste de mais 114. Dizer que o salário é alto é desconhecer a realidade quando tem vigias ganhando cerca de 20 mil cruzeiros. Eu queria que Roberto Requião e todo o seu Secretariado vivessem com este salário para ver quem é radical. Eu queria que Roberto Requião conseguisse sair da sua postura de rei, descer do patamar que ocupa e que viesse negociar com os trabalhadores que se encontram em greve. Esses trabalhadores que estão hoje não reivindicam aumento de salário. Reivindicam única e exclusivamente reposição de perdas salariais. E todos que ocupam cargo de governo no Brasil com raras exceções, dizem que são pela livre negociação. Nós queremos dizer a todos eles que nós todos trabalhadores somos pela livre negociação, desde que se garanta, que se reponha as perdas salariais, porque hoje o que estão colocando em livre negociação é negociar perda de salário, é negociar em desigualdade de posições, porque hoje alguém tem um aparelho repressivo nas mãos, um aparelho de opressão nas mãos, enquanto nós, trabalhadores, somente temos a nossa organização. Somente temos a nossa organização de poucos anos, uma vez que os nossos sindicatos dos servidores públicos não era aceito para o serviço público.

Somos favoráveis à livre negociação, mas desde que garanta as perdas. Hoje, com a greve da Universidade de Maringá, estão perdendo todos os trabalhadores.

E, por último, eu quero deixar registrado o mais veemente repúdio ao tratamento que a Casa Civil vem dando à Assembléia Legislativa do Paraná. Após uma comissão aprovada nesta Casa, solicitamos várias audiências com o Deputado Caíto Quintana, que ora ocupa a Chefia da Casa Civil, por telefone e pessoalmente, e não fomos atendidos.

Portanto, desta tribuna, em nome do Partido dos Trabalhadores, eu deixo um veemente repúdio a esse comportamento do Chefe da Casa Civil em desrespeito a 54 Deputados, porque assim foi aprovada e, se foi aprovada, é um requerimento desta Casa de Leis e não mais de um Deputado. E queremos sim essa negociação, e que essa negociação se dê imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em visita realizada nos últimos dois finais de semana no Interior do Paraná, mais especificamente na Região Sudoeste, onde resido, nos municípios de Salgado Filho, Nova Prata do Iguaçu, São João e Su-

lina, trago a esta tribuna novamente as lamentações dos pequenos agricultores atingidos pela estiagem no Estado do Paraná, situação lamentável que os pequenos produtores daquela região e também de outras regiões do Estado estão passando neste momento.

O pequeno agricultor não planta trigo, primeiro por que não é a prática do plantio de trigo, a não ser aquele trigo para levar ao moinho para o gasto de sua família. Mas se plantasse, estaria inviabilizado pela forma que o Ministério da Agricultura, o Governo vêm tratando a questão da produção de trigo em nosso País. Muito menos os grandes produtores estão animados para a safra de trigo por problemas já anunciados e de conhecimento desta Casa e dos Srs. Deputados.

Agricultores nos colocavam tristemente a sua realidade, dizendo que duas plantas de milho foram perdidas pela estiagem na última safra e não terão como fazer a próxima plantação. O milho, o feijão, o soja foram perdidos pela estiagem. Só verão dinheiro nas suas mãos para poder saldar os seus compromissos e sustentar a sua família, se depender de si no final do ano, em dezembro, quando da próxima colheita.

O desespero pelo que vem passando a pequena agricultura do Paraná em função da seca e do descrédito, do desrespeito, do descaso que o Governo Federal, principalmente, vem fazendo para a agricultura do Paraná.

A luta dos atingidos pela estiagem vem se arrastando desde o mês de janeiro. O movimento sindical dos trabalhadores rurais, entidades cooperativas e outros vêm lutando, se organizando, mantendo audiências e discutindo o problema emergencial da seca no Paraná e recursos de emergência para sobrevivência familiar até a próxima safra, são algumas das reivindicações que os agricultores vêm fazendo para poder permanecer na sua pequena propriedade, continuando ali a produzir na próxima safra, o alimento para o povo brasileiro.

Organizados, conquistaram através de manifestações em praça pública, através de reivindicações, audiências com o Governo Federal, com o Ministro da Agricultura, alguns compromissos de se preocupar, pelo menos, com a situação da estiagem do Paraná. A peregrinação se deu através da Secretaria da Agricultura, do Governo do Estado, até em audiência com o Ministro da Agricultura o movimento em prol da agricultura esteve em Brasília. Para o nosso lamento, para tristeza dos agricultores atingidos pela estiagem do Paraná, o Governo Federal cria, através do Banco Central, um crédito especial para os atingidos pela seca. Um crédito que consideramos uma vergonha. Quando um agricultor, no In-

terior do Município de Salgado Filho me dizia, durante este final de semana, que, tendo três pessoas na sua família, teria direito a um crédito de sessenta mil cruzeiros, como crédito especial porque foi atingido pela seca e receberia isso em 6 parcelas de dez mil cruzeiros cada mês. O crédito é pagável...

Senhor Presidente, solicito o horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Vossa Excelência passa falar no horário da Liderança do PT.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - O crédito pagável em 18 meses e ainda um impedimento de outros créditos para o agricultor que receber ou retirar do banco esta migalha, esta esmola que não consideramos uma ajuda ao pequeno agricultor atingido pela seca. A forma do financiamento como o Ministério da Agricultura, o Banco Central liberou, é realmente uma vergonha, além dos juros que os bancos vão ganhar em cima da miséria, da desgraça, da seca. O agricultor do município de Sulina nos dizia de que se retirasse hoje 80 mil cruzeiros como um crédito de emergência para sustentar sua família e saldar seus compromissos, para pagar em 8 meses, ele iria pagar nada menos que 300 mil cruzeiros baseado na inflação que hoje se encontra, mas que se disparar, porque não se controla mais nada neste país através deste governo, ele terá provavelmente que vender o seu pedaço de chão para poder pagar a emergência que o Governo Federal estaria dando.

É lamentável Senhores Deputados aqui presentes, Senhores Deputados dirigentes desta Casa. O Governador do Paraná, Roberto Requião, o Secretário da Agricultura, através de audiências com os agricultores, fizeram também uma viagem a Brasília para conversar com o Ministro da Agricultura e a Ministra Zélia Cardoso de Mello e irresponsavelmente o Governo Federal prorroga, encaminha soluções e não se sabe quando, talvez depois de os doentes já estarem mortos e talvez no cemitério. A imprensa nos diz que o Ministério da Agricultura e o Governo Federal só fizeram promessas ao Governador do Paraná, quando tratou do problema da agricultura, da seca, da estiagem no nosso Estado.

Lamentavelmente nós vimos no jornal "Indústria e Comércio", da semana passada, do dia 18 de abril, o dirigente do Banco do Brasil dizer que o crédito de subsistência não atrai os agricultores, atingidos pela seca, ao banco. É claro que não atrai, porque a forma como o Governo Federal liberou este crédito de emergência é para roubar ainda mais o suor daque-

le miserável agricultor que perdeu toda a sua plantação com a estiagem e que agora tem que mendigar uma esmola para poder sobreviver, ou quando não vender os seus equipamentos de trabalho para pôr o alimento na mesa dos seus filhos até dezembro quando ele terá condições - se tiver condições de plantar - de colher uma próxima safra.

O doente precisa de médico enquanto respira; depois de morto, não há mais necessidade disto!

O Ministro Cabrera, e já tenho dito aqui neste plenário, não passa de uma figura decorativa no cenário nacional, quando repito o que já disse. Os agricultores em audiência com ele, ele pede aos agricultores que intercedam junto à Ministra Zélia, porque eles iam ter uma audiência com ela para a liberação de crédito para a agricultura.

É vergonhoso um Ministro da Agricultura pedir para os agricultores pressionarem a Ministra para liberar verbas para os agricultores, que estão morrendo de necessidade, porque estão sendo atingidos pela seca no nosso Estado.

Dinheiro para os pequenos se salvarem e não ter que ir para as favelas, não existe; mas dinheiro para os usineiros do Norte do Brasil, porque estão comprometidos e sustentaram a campanha do Governo Collor, do Presidente Collor, para isto tem dinheiro. Para meia dúzia de safados usineiros, exploradores do Nordeste e do povo do Brasil. Dinheiro para os agricultores se salvarem da seca não existe. Mas dinheiro para a imprensa dizer que Collor e Brizola fazem festa no Palácio, porque recebem verbas para a construção da linha vermelha do Rio de Janeiro e que poderia ser em outro momento, aí tem dinheiro para o Brasil.

nosso agricultor está morrendo à mingua pelo descrédito que este Governo neste ano vem causando, pela desgraça que vem causando à agricultura e aos meios de produção do país.

O Paraná produz 30% da produção agrícola do nosso País e não pode ser tratado desta forma pelas autoridades federais.

O próprio Governo Federal está acabando com o seu Plano Econômico, como o próprio combate à inflação que se alardeia por esse País afora, quando impede a produção de alimentos no nosso País, quando provoca a maior queda de produção agrícola no nosso País, quando importa alimentos e faz os preços subirem, quando há falta de alimentos e os preços são elevados. E isto vai, conseqüentemente, aumentar a inflação, aumentar os problemas e prejudicar o Plano Econômico que o Governo tanto fala que vai resolver a situação do nosso País.

Além destes problemas outros tantos

vêm-se alastrando pelo País. Já me pronunciei neste plenário e hoje reforço, neste exato momento mais de 200 agricultores estão ocupando a sede do INCRA no Estado do Paraná e em vários outros Estado do País. São agricultores que, cansados de promessas deste órgão do Governo Federal, do Ministério da Agricultura, e que aqui já chamei em outras oportunidades, que nada mais é do que uma tapera burocrática, não resolve nada dos problemas de assentamento do nosso País, das desapropriações de áreas de terras, quando os agricultores estão há mais de 3 anos produzindo, trabalhando e construindo as suas propriedades nas áreas em que o INCRA iniciou a desapropriação, e nestes momentos de incerteza têm que vir ocupar, acampar dentro da sede do INCRA para que se possam tomar decisões. E esses agricultores, depois de terem até as suas benfeitorias construídas em uma área em que o Governo Federal iniciou a desapropriação, veem-se à margem do processo, veem-se ameaçados de despejos e ter que, talvez, voltar às beiras das estradas embaixo das lonas. O descaso com que o Governo vem tratando a agricultura do nosso País é lamentável. E esperamos que hoje à tarde não se tomem medidas drásticas, e nós estaremos lá para apoiar os agricultores nesta ocupação do INCRA, que se agilize e que o Governo tenha responsabilidade, assuma os seus compromissos de campanha, as suas mentiras de campanha, para que se resolva o problema da Reforma Agrária deste País, e para que se resolva o problema da Agricultura num todo, mais especificamente os atingidos pela seca no nosso Estado e mais precisamente no Sudoeste do Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Servo.

O SR. NILTON SERVO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho aqui para somar ao pronunciamento do ilustre companheiro Dr. Rosinha, em favor dos professores do Estado do Paraná. E, fazer um apelo, principalmente à Banca Governista desta Casa, para ajudar a nós Deputados a interceder junto ao Governador, pois os professores pedem muito pouco. Eles pedem que se cumpra a Constituição Estadual.

Nós não queremos que o, ilustre Governador deste Estado Roberto Requião, faça o mesmo que o Presidente da República Collor de Mello; vem administrando através de uma inconstitucionalidade. Nós pedimos aos Senhores Deputados para que nos acompanhem nessa reivindicação. A reposição salarial está escrita nesta Carta Magna, redigida

por esta Assembléia desta Casa Legislativa.

Senhor Governador, estão reivindicando o pão de cada dia, há um limite para o abuso, para a prepotência ou um limite para o arbítrio se esbarra na mesa de cada trabalhador brasileiro.

Olhem, Srs. Deputados, vamos pedir! Srs. Deputados, vamos pedir para que o Governador, abra diálogo para que o Governador, abra diálogo para conversar com esta gente tão necessitada e tão sofrida, "o professor", Sr. Deputado. Esse professor não tem verba para se dirigir do Interior e para vir a Curitiba, para bater em gabinete de Deputado, para ir para o Palácio do Governo, nas portas das Secretarias e ficar reivindicando o que é certo e o que é sacramentado em Lei.

Faço um apelo aos companheiros para que com os companheiros de Oposição, vamos ao Requião, vamos pedir para Requião, para ele cumprir a Constituição do Estado. Está aqui e o Orçamento, não poderá ser inferior ao Orçamento do exercício anterior, e esse Orçamento está incluído essa defasagem e essa perda salarial em que os professores vêm hoje, a Curitiba para reivindicar.

Está aqui a minha solidariedade, está aqui o meu apoio e ao lado de meus companheiros, tenho certeza, que juntos unidos, venceremos esta batalha e faremos o Governador abrir as portas do Palácio Iguazu, para receber os professores que vem reivindicar tão somente a perda salarial.

Muito obrigado meus companheiros e conto com o maciço apoio dos Senhores.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - Sr. Presidente, peço que se dê como lido o meu pronunciamento. Obrigado. Antecipar-se aos acontecimentos é ter visão de estadista, é função de todo bom governante.

O tratado de assunção, marco inicial para a criação do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL proporcionará até 31 de dezembro de 1994, o livre trânsito de pessoas, capitais, produtos e serviços no território comum das nações signatárias. Proporcionando uma nova face para o Cone Sul da América. Avaliar o que significa isto em termos econômicos e sociais para o Paraná é fundamental. Fazer uma integração consciente e planejada é imprescindível.

Srs. Deputados.

O contrato com o Paraguai nesta viagem que o governador fez nos antecipa os acontecimentos e exige que busquemos unir as comunidades em um encontro onde as oportunidades e as complementariedades da econo-

mia paranaense/paraguaia sejam apresentadas cada um de nós, que representamos regiões, devemos ter o conhecimento destas oportunidades para que incentivemos aos empresários das nossas regiões, a fim de que participem desta aproximação histórica de iniciativa do nosso Governador.

Portanto, Srs. Deputados, é necessário que esta Casa promova o 1º Encontro Bilateral do MERCOSUL, reunindo empresários, técnicos e políticos do Uruguai e do nosso Paraná, aqui nesta Casa, para que possamos, através de contatos sucessivos, unir nossa gente.

O mundo está cada vez menor. Devemos olhar o exemplo do Mercado Comum Europeu, a integração das economias asiáticas e da América do Norte. Temos que acompanhar a evolução da economia mundial e, como representantes eleitos do povo do Paraná, capitalizar estas mudanças para o Estado, em forma de negócios, empregos e progresso tecnológico. Também devemos aproveitar a posição estratégica do nosso Estado e fazer de Curitiba a Capital do MERCOSUL, um centro econômico e geográfico de integração comercial do Cone Sul.

Por isso, vimos aqui propor um novo encontro desta vez com o Uruguai, para ampliar nossas relações com este país, antecipando o processo de integração.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) Encerrando o Pequeno Expediente no Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada.

O Governo Federal apresentou à Nação recentemente, um Projeto que ficou conhecido como o Projeto de Reconstrução Nacional, onde ele analisa a situação do País nos mais diferentes setores da vida pública brasileira. Ela inicia fazendo uma análise da reforma do Estado, da reforma administrativa, da questão da desestatização. Caminha por elencar algumas prioridades, entre as quais a reestruturação da economia, da indústria, da agricultura, da infra-estrutura, da energia, transportes, comunicações, ciências e tecnologia, financiamentos a curto e médio prazos, financiamentos a longo prazo.

Analisa a questão da presença do capital estrangeiro, em nosso País, envolvendo a questão da dívida externa, a questão dos investimentos estrangeiros no Brasil. Analisa, também, a questão da educação, o papel do Governo Federal na educação, as principais linhas de ação, a questão do pré-escolar, do ensino fundamental, da educação de jovens e adultos, e do ensino superior.

Tratar, também, das relações entre ca-

pital e trabalho, analisa a questão do meio ambiente e estabelece algumas diretrizes ou plataformas de ação ambiental. Ele também aprofunda uma análise sobre a questão da dívida social, o combate à pobreza, a assistência social, a questão da alimentação, das creches, da saúde, da habitação, do saneamento básico e do transporte urbano.

Reflete também o Governo, neste seu Projeto, sobre a questão da reforma agrária. ele aprofunda uma análise sobre o sistema de seguridade social, assistência social, saúde, previdência social. Cuida, também, da questão dos direitos humanos, analisa a questão da violência urbana, do índio, da cultura, e da criança. E, por fim, a questão do consumidor.

Encerra o Governo fazendo uma análise do País em relação às outras potências.

Em síntese, trata-se de um Plano muito bem elaborado, muito bem redigido, onde analisa todas estas questões e outras mais que o tempo não me permite, aqui, alinhar, para depois tentar objetivar estas questões junto ao Congresso Nacional.

E o meu Partido, o PMDB, analisando atentamente este Projeto de Reconstrução Nacional, depois de vários dias de estudo, emitiu um documento que está sendo denominado de "Análise Crítica do Plano de Reconstrução Nacional", e que a Liderança do PMDB, no Congresso Nacional fez chegar às mãos deste Deputado. Um nota, que eu peço licença não só aos meus colegas de Bancada, mas a todos os Senhores Deputados e à Sra. Deputada, para proceder à leitura, como forma de ficar nos Anais da Casa, de maneira clara, límpida, a posição definida do PMDB em relação a este Projeto.

(Lê): "Após um ano de Governo, caracterizado pelo aprofundamento da crise econômica e pela agudização da crise social - inflação persistente, queda de poder aquisitivo dos salários, diminuição de produção industrial e agrícola e sensível aumento do desemprego, enfim um quadro recessivo sem precedentes na história do País -, o Presidente Collor, através do documento "Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional", reproduz as intenções já declaradas em seus pronunciamentos pré e pós eleitorais.

Preliminarmente ao exame do documento, é preciso analisar-se, ainda que rapidamente, a origem, as condições e os custos sociais e econômicos da alardeada queda das taxas de inflação e do déficit público.

Inicialmente, houve o seqüestro de grande parte dos ativos financeiros, inclusive saldos de cadernetas de poupança, com a virtual paralisação das transações econômicas e conseqüente baixa dos níveis inflacionários, que gradativamente, volta-

ram a elevar-se, chegando a 18,3% em dezembro, com uma variação acumulada de 1.795%, em 1990, contra 1.765%, em 1989.

De janeiro a novembro de 1990, o decréscimo da produção situou-se em 8,2%, comparativamente a igual período de 1989, com reflexos negativos no indicador geral do nível de emprego. Em conseqüência, segundo dados preliminares da FIESP, no período de 12 meses terminado em novembro de 1990, as indústrias paulistas registraram, em termos reais, decréscimo médio de 19,7% na folha salarial e de 18,4% no salário. Recessão, com arrocho salarial e desemprego, foi o porto para onde nos levou o Governo Collor em 1990. Infelizmente, diante de tantos indicadores negativos, pode-se afirmar que 1990 também foi um ano perdido na História do Brasil.

A dívida externa total, por sua vez, atingiu, em junho de 1990, US\$ 118,3 bilhões, com acréscimo de 2,7% em relação a dezembro de 1989, e a dívida não registrada chegou a US\$ 21,6 bilhões, com acréscimo de 36,3% no primeiro semestre de 1990. Transcorrido um ano de Governo Collor, o problema do endividamento externo continua sem solução.

O acordo recém fechado e entusiasticamente anunciado pelo Governo, definiu tão somente o esquema de pagamento do encargos da dívida. Além de obrigar, somente neste ano, o desembolso de US\$ 2 bilhões, em espécie, nenhum compromisso foi selado no sentido de viabilizar a injeção de recursos externos na economia brasileira. Sem a poupança externa que esperava e sem as reservas cambiais, que serão despendidas para o pagamento da primeira parcela de juros, o Brasil mantém o mesmo volume de endividamento, já que o principal da dívida ficou para ser discutido "a posteriori".

Quanto à execução financeira do Tesouro Nacional, observou-se superávit de Cr\$ 128,7 bilhões, em 1990, contra o déficit de Cr\$ 88,3 bilhões, em 1989. O resultado positivo foi obtido graças ao aumento real de 9,9% na receita fiscal e à queda de 39,9% nos gastos. O aumento foi grantido com a cobrança do IOF sobre estoques de ativos financeiros seqüestrados, a betenização e o encurtamento nos prazos de recolhimento dos impostos. Na queda dos gastos, destacou-se a redução nos encargos com títulos públicos federais, em face do alongamento dos prazos de resgate e da moratória decorrente do sequestro de ativos financeiros.

Verifica-se, assim, que o equilíbrio das contas orçamentárias e a relativa baixa dos níveis de inflação, em 1990, foram obtidos a custos sociais e econômicos elevados e insuportáveis, como o desemprego, o achatamento salarial, a diminuição da



produção agrícola e industrial e os cortes marginais de gastos em programas e projetos de interesse social.

A reforma do papel do Estado, a reestruturação competitiva da economia, o resgate da dívida social e a garantia da cidadania e dos direitos fundamentais - mais um diagnóstico dos problemas nacionais, um elenco vastíssimo de toda a problemática que aflige a sociedade brasileira que propriamente um projeto - são teses que o PMDB tem proclamado e que toda a Nação defende como instrumento para o desenvolvimento e para a justiça social. Porém, temos constatado que é exatamente a prática do Governo, a ação explícita governamental, que freqüentemente tem discrepado do discurso das intenções proclamadas.

Entende o PMDB que na questão da Reforma do Estado o objetivo deve ser reforçar o papel do Estado nas áreas sociais, nos setores de infra-estrutura necessários ao desenvolvimento da economia e nos quais a iniciativa privada não se mostre capaz de atuar bem como no estímulo às políticas de proteção à empresa nacional e no desenvolvimento tecnológico e científico. São elementos essenciais dela o ajuste fiscal (dentre as medidas, a instituição do Imposto Sobre Grandes Fortunas), a desregulamentação, o controle e a forma de gestão das empresas estatais e a clara definição das competências dos diversos níveis de Governo (Federal, Estadual e Municipal). O partido discutirá a retirada do Estado de áreas em que a presença se torna desnecessária, mas não hesitará na defesa de seu controle nas áreas que considere fundamentais ao desenvolvimento auto sustentado do País.

Entende também o PMDB que a reestruturação competitiva da Economia é elemento básico para a expansão do mercado interno e do fomento às relações de troca com outros países. Ela compreende a abertura criteriosa das importações, o estímulo às exportações, a mudança nas regras de transferência de tecnologia e o aprimoramento das relações entre capital e trabalho. Na nossa visão de modernidade é preciso que esta integração da economia brasileira na economia mundial preserve para o País a sua autonomia de decisões em função de seus interesses, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico e científico e ao disciplinamento das ações dos cartéis e monopólios.

A base fundamental para esta reestruturação é a retomada do investimento privado, inclusive estrangeiro, e do investimento estatal nas áreas que lhe são afetadas, especialmente no ensino público.

Entendemos que as reformas estruturais necessárias são a base de apoio para o resgate da dívida social e para a garantia

da cidadania e dos direitos fundamentais. O País necessita de um amplo programa de assistência social para milhões de marginalizados da vida econômica, da garantia do atendimento médico descentralizado e eficaz e dos serviços de saneamento básico, de prover às camadas de baixa renda o acesso à habitação e ao transporte urbano. É preciso também, sem dúvida, uma reformulação ampla do Sistema Previdenciário de maneira a garantir a sua estabilidade e o futuro de milhões de brasileiros.

O PMDB - oposição ao Governo Federal - é cômico de sua responsabilidade como o maior partido no Congresso Nacional, e, como tal, não se nega a discutir os instrumentos legais necessários para que o Presidente possa governar. Está pronto para votar as medidas legais que, na sua avaliação, tornam-se necessárias para implementar uma política que aponte para um País moderno e próspero.

No entanto, algumas matérias abordadas no documento do Governo devem ser objeto da próxima revisão constitucional pelo alto impacto que tem sobre milhões de brasileiros e pela necessidade de serem tratados de maneira global, no bojo de uma ampla revisão dos direitos e deveres do cidadão. Não podemos também deixar de afirmar que o caminho até agora trilhado pelo governo em sua política econômica está levando o País ao desespero. Empresas que encerram ou diminuem suas atividades e trabalhadores que são demitidos não abrem a perspectiva para um futuro melhor. Pelo contrário, inviabilizam as próprias intenções expostas pelo Governo. Se não houver uma profunda reformulação na ação governista, a curto prazo, certamente não teremos a base necessária para as mudanças que a Nação exige e o conjunto de intenções que o governo divulgou não se realizará. Isto significa que recusamos a recessão como instrumento para enfrentar a crise em que se encontra o País.

As intenções preconizadas já deveriam ter concretizado em projetos de lei a serem apreciados pelo Congresso Nacional. O Presidente já perdeu um ano de seu mandato e não pode mais retardar medidas que requerem ampla discussão em toda a sociedade. Sugerimos que o Governo priorize os objetivos em consonância com a gravidade de alguns problemas, notadamente a questão de recuperação do poder aquisitivo da população e a imediata retomada do crescimento econômico.

Finalmente, é preciso reafirmar a necessidade do Presidente definir uma conduta política que dignifique o cargo que exerce, que sem dúvida não se confunde com a que vem sendo praticada. Somente a credibilidade das instituições democráticas podem dar sustento às mudanças pretendi-



das. A mais absoluta austeridade na gestão governamental, a rejeição à prevalência dos interesses privados e corporativos e o respeito às normas de convivência democrática são para o PMDB os elementos fundamentais para que o Governo possa receber o seu aval e o respaldo da sociedade brasileira.

Brasília, abril de 1991.

A COMISSÃO"

(Termina de ler).

Esta, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é a posição do meu partido, do PMDB a nível nacional e de maneira muito clara as posições do PMDB no Congresso Nacional.

Todos sabem que eu cheguei há pouco do Congresso. Vivi lá oito anos, cheguei lá em 83 pelo PMDB, quando ainda era Presidente o General Figueiredo e saí agora, depois de viver todos esses anos de ebulição e de transformações, deixando como Presidente, Fernando Collor de Mello.

O PMDB de 82 para cá se tornou o maior Partido deste País, com a maior bancada no Congresso e na maioria das Assembléias brasileiras, para não dizer também o maior número de Prefeituras e a maioria das Câmaras Municipais, e em momento algum nestes anos que vivi pessoalmente, que ajudei a escrever a história deste País, o PMDB faltou com a sua participação clara e decisiva para que o País pudesse superar as suas dificuldades.

Muitos foram os momentos em que o PMDB, que não era partido único no governo, no período do Governo José Sarney e muito menos agora que se coloca como partido de oposição, faltou com a sua colaboração, com a sua visão de País, cômico de suas responsabilidades para com o futuro desta Nação, mas, infelizmente o que nós temos assistido até agora, é que em que pese toda boa vontade e a disposição do nosso partido lamentavelmente o Governo não vem correspondendo, não só as promessas de campanha, mas muito menos e especialmente aos anseios e as necessidades da nossa população.

No final do Governo José Sarney, Sua Excelência enviou ao Congresso Nacional, em cumprimento ao que dispunha a Constituição que nós promulgávamos, uma mensagem governamental tratando da questão da seguridade social como um todo uma das maiores reivindicações da sociedade brasileira. Na Constituinte, meus caros colegas de bancada e meus caros companheiros de Assembléia, eu não vi nada que mais chamasse a atenção da sociedade brasileira do que a questão da aposentadoria, não vi nada mais que mexesse com os interesses do povo do que a questão da aposentadoria. O artigo que trata desta questão na Constituição

Federal, se não me falha a memória 223, foi o artigo que mais exigiu discussão dos Constituintes.

Horas, dias, foram consumidos para definirmos um texto que pudesse ao mesmo tempo conciliar os interesses do Governo com os interesses da sociedade. Pois bem, assim que promulgamos a Constituição o Presidente José Sarney remeteu ao Congresso uma mensagem regulamentando a questão da seguridade social, plano de custeio e benefícios da Previdência.

Levamos dois anos, exageradamente, para votarmos essa matéria, porque queríamos também, como o Congresso Nacional, conciliarmos os interesses do Governo que era, quem iria pagar a conta através das contribuições dos previdenciários. E de outro lado, os aposentados, os que queriam se aposentar, enfim todos nós que contribuimos para a Previdência Social. Depois de dois anos votamos a matéria e ela foi à sanção presidencial. Quando chegou no Palácio do Planalto, o Presidente era outro. E o que fez Sua Excelência o atual Presidente? Vetou "in limine" totalmente a Mensagem que seu antecessor havia remetido ao Congresso e que o Congresso votou depois de dois anos de discussão. E hoje, toda a sociedade está aí perplexa, intranquila, insegura, porque não sabe quais as regras que preside hoje a questão da saúde, da assistência social e da previdência social. Eu não sei se o trabalhador vai se aposentar através do tempo de contribuição ou se ele vai se aposentar através da idade, tendo como limite 65 anos. Realmente eu não sei, porque a lei que regulamenta esta questão foi vetada e a competência de iniciativa da matéria é do Presidente da República. Eu não sei, Eurides Moura, e você tratou disto aqui hoje, se o trabalhador rural, aquele que começou a trabalhar com sete anos de idade, se ele vai se aposentar aos 65 anos, aos 70 ou aos 60 anos de idade, Senhor Presidente, porque a Constituição é clara; ela diz que o trabalhador rural se aposenta aos 60 anos e a sua esposa aos 55, mas não tem lei que regulamenta esta matéria e a Constituição determina que ela tem que ser regulamentada. Então é este o quadro que o Brasil vive hoje: de absoluta desorganização da sociedade. E é por isso, Senhor Presidente, que o meu Partido, o PMDB, a sua Bancada no Congresso Nacional, a Executiva Nacional, tirou esta nota em resposta ao projeto de reconstrução nacional do Presidente da República para deixar bem claro que nós temos posições definidas, nós não somos favoráveis a alteração dos critérios de aposentadoria. O PMDB quer que se cumpra o que está na Constituição; aposentadoria por tempo de contribuição como tem sido

até aqui. Mas ele não quer apenas isto. Ele quer uma aposentadoria justa. Por isso ele colocou na Constituição que as contribuições terão que ser corrigidas mês a mês para se tirar ao final das últimas trinta e seis contribuições um salário que possa dar ao aposentado condições mínimas de sobrevivência quando ele se aposentar e não como é atualmente que ao requerer a sua aposentadoria o trabalhador ao invés de receber o reconhecimento, como se fosse um verdadeiro prêmio, o trabalhador recebe é um pesadelo.

O Sr. Dr. Rosinha - Vossa Excelência permite um aparte, nobre Deputado? (Assentimento).

Agradeço o aparte. Vossa Excelência com justeza tem cobrado que se cumpra a Constituição Federal. Concordamos plenamente com isto, mas gostaria também que com a mesma veemência Vossa Excelência pedisse para que o Governo do Estado cumprisse o artigo n. 181, da Constituição Estadual e o artigo n. 38 das Disposições Transitórias da Constituição Estadual que diz respeito a repasse de verbas para o IPE que também está em grandes dificuldades em vários setores, porque se não se torna contraditória a defesa de uma Constituição, da Federal, enquanto o Governo do Estado de Álvaro Dias e de Requião não tem cumprido a própria Constituição Estadual. Era isto que eu gostaria de chamar a atenção.

O SR. JOSÉ TAVARES - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e quero colocar de público aqui a minha posição: eu toda vez que tiver que votar entre a Constituição e o Governo que eu defendo, eu fico com a Constituição. É uma posição individual de um Parlamentar que tem consciência das suas limitações, que sabe que muitas vezes a gente leva semanas, meses para aprovar um texto aqui e que de repente esse texto também não consegue ser implementado.

Mas por uma questão até de coerência e de formação, já que sou advogado, eu acho que o mínimo que eu tenho que fazer é que toda vez que eu tiver que me posicionar entre a Constituição e o Governo, evidentemente que eu me posicionarei com a Constituição.

É claro que eu espero, torço e lutarei para que o Governo procure sempre cumprir a Constituição. Agora é evidente que neste momento eu estou fazendo uma análise da questão nacional.

Eu vim aqui colocar a posição do meu partido na Assembleia do Paraná diante do Projeto de Reconstrução Nacional do Presidente da República.

E com estas palavras, Senhor Presiden-

te, Senhora e Senhores Deputados, eu pretendo concluir esta minha fala, concluir dizendo que o PMDB e os seus membros não têm porque temer nenhum tipo de julgamento da sociedade.

Sempre que chamado, o PMDB, tem estado presente, tem dado a sua colaboração, não feito mais nada do que cumprir o seu dever. E isso são compromissos que este partido assumiu ao longo da sua história, e os mais antigos do Partido sabem disso: é um Partido que tem história, é um Partido que lá atrás lutou com muitos outros democratas contra o regime militar que se imperava neste País, e de alguns para cá tem procurado ser o Partido que assegure a governabilidade, a governabilidade que é uma coisa muito séria.

E é com esta visão que eu venho à tribuna para deixar nos anais da Assembleia Legislativa do Paraná a posição clara do PMDB, diante deste Projeto do Governo Fernando Collor num momento difícil para a vida nacional.

Eu agradeço a compreensão do Senhor Presidente e a atenção dos meus colegas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças com a palavra o PL. (Declina).

Com a palavra o PFL.

(Declina).

Com a palavra o PMDB.

Com a palavra, o nobre Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós gostaríamos de, neste horário, dar ciência aos Senhores Parlamentares da importância que se revestiu a viagem de Sua Excelência o Governador Roberto Requião, Secretários de Estado, Parlamentares desta Casa, empresários paranaenses ao vizinho País do Paraguai no último final de semana, mais precisamente nos dias 24, 25, 26 e até mesmo ontem, dia 27.

As audiências mantidas com o Senhor Presidente da República, com os Ministros da Agricultura, de Obras Públicas, de Indústria e Comércio, com os dirigentes da Federação do Comércio Exterior, enfim, com as diretorias paraguaias e brasileiras do Banco Del Paraná, no nosso entendimento, foram as mais profícuas; e elas versaram basicamente em assuntos que interessam diretamente ao Paraná e ao Paraguai, principalmente neste instante em que se discute a nível de Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile a formação daquilo que se intitula como MERCOSUL - Mercado Aberto da América do Sul.

Entendeu-se nas conversações de que o

Paraná e o Paraguai, deverão estreitar os laços de intercâmbio comercial, principalmente no que diz respeito ao soja, que o Paraguai exporta através do Porto de Paranaguá, num total de aproximadamente 1 milhão de toneladas, e que poderia esse soja ser esmagada aqui no Paraná, agregando valores às cooperativas e às indústrias privadas que prestassem esses serviços e agregando também valores ao povo paraguaio que exportaria não um produto primário na forma de grão de soja, mas na forma de farelo e óleo de soja.

Também se falou acerca de um intercâmbio envolvendo o setor madeireiro. Todos nós sabemos que o Paraná, tem uma tradição no que diz respeito à exploração da madeira e que hoje o faz esses empresários paranaenses em localidades muito distantes aqui do Paraná seja no Mato Grosso, em Rondônia, no Acre, ou no Paraná, e temos aqui perto de nós, muitas vezes não mais que 600, 700 quilômetros, o vizinho País do Paraguai que poderia, num intercâmbio com o Paraná, fornecer a madeira e aqui ser beneficiada e exportada, ou até mesmo ser transformada em móveis, já que temos também no Paraná uma experiência e um setor moveleiro muito grande, a exemplo inclusive da Cidade de Arapongas, do nosso Deputado Colombino Grassano, que é tida como uma das mais importantes do setor moveleiro deste País.

Também discutiu-se questão ligada ao setor da carne bovina. O Paraguai tem produção para exportar, no setor bovino. O Paraná, dadas as dificuldades de armazenamento, dadas as dificuldades de tecnologia no que diz respeito a armazenagem da carne, embora produza o suficiente para o seu consumo, ele acaba exportando e, num determinado momento tem que importar e quando importa o faz dos países europeus distantes de nós, quando aqui no vizinho país, Paraguai, nós temos esse produto em abundância e sobra.

É bem verdade que algumas coisas têm que ser ajustadas, principalmente do lado do Paraguai, já que naquele país não existe ainda um controle sanitário aos níveis daquele que existe no Estado do Paraná.

Enquanto nós temos aqui um controle vacinal no que diz respeito à febre aftosa, beirando a casa dos 100% as informações sanitárias de organismos internacionais que nos são dadas a conhecer, naquele país não chega a 50%.

Temos o problema com referência à tipificação de carcaça dos bovinos que no Brasil, enquanto se busca o abate de animais com 15 ou 16 arrobas acima, lá abate-se inclusive com 10. Enfim, uma série de outros problemas que teriam que ser vistos, para que esse intercâmbio, a vinda da carne bovina para o Paraná pudesse ser

agilizada e de nós para lá, se agilizasse aquilo que eles já buscam no Paraná, que é carne do suíno, a carne do frango, muitas vezes, atravessando grande dificuldade de comércio lá fora e que poderia ter no Paraguai um aliado.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, entendemos nós que a viagem foi por demais produtiva.

Os Parlamentares que lá estiveram, apresentando a nossa Casa, Nilton Servo, Nilton Barbosa, João Iensen, Mário Bezerra, Dobrandino Silva, Renato Adur e nós, temos certeza que cumprimos com as determinações que este Plenário nos recomendou e em especial, as recomendações de Sua Excelência, o Senhor Presidente Anibal Khury.

Queremos crer que os laços de amizade foram estreitados e que os laços de comércio serão mais ativados, a partir do momento em que ativada também for a Câmara Paraguai-Paraná, no que diz respeito ao intercâmbio comercial.

Por esta razão, entendemos que a viagem que também teve a participação, na sexta-feira, e no sábado, do Deputado Neivo Beraldin, deverá trazer a esta Casa os benefícios a que se propunha no início.

Finalmente, reforçamos uma vez mais o convite aos Senhores Deputados, para que tão logo esteja terminada esta Sessão, às 16:30 hs, nos reunamos no Plenarinho desta Casa com o Secretário Osmar Dias, para que possamos discutir os problemas vivenciados pela agropecuária paranaense e as estratégias que estão sendo propostas em termos de futuro.

Amanhã à tarde, reunião em Florianópolis com todos os Secretários de Agricultura do Sul. Dia 6, em Brasília, com a presença do Ministro Cabrera, reunião com todos os Secretários de Agricultura do Brasil.

No dia 9, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, reunião do CODESUL com a presença dos três Governadores, dos Secretários de Agricultura, Deputados Estaduais e Federais, Senadores e todos aqueles ligados ao setor produtivo do Sul do Brasil.

Portanto, peço aos Senhores Deputados que já agendem o dia 9, porque nós pretendemos montar uma caravana de Parlamentares do Paraná, para nos fazermos presentes a essa manifestação pública que acontecerá no dia 9 em Santa Maria.

Mais uma vez, às 16:30 hs, no Plenarinho, com o Secretário Osmar Dias, com a presença de todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo mais oradores inscritos para usarem do Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° ACN 047/91, subscrito pelo Senhor Deputado Albino Corazza, constante do expediente, comunicando que nos dias 29 e 30 de abril e 02 de maio, estarei ausente das sessões plenárias desta Casa, por motivo de viagem ao Oeste do Estado. A Diretoria Legislativa, para providências.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Heins Herwig, constante do expediente, comunicando a sua ausência do País, nos dias 29 e 30 do corrente, em virtude de viagem ao exterior. A Diretoria Legislativa, para providências.

Projeto de Lei de autoria dos Senhores Deputados Nilton César Servo e João Iensen, devidamente apoiado, constante do expediente. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 10/91, que dá nova redação ao artigo 4° da Lei n° 4.529, e ao artigo 7° da Lei n° 5.515 (Fundo de Desenvolvimento Econômico-FDE). Aprovado. (Publ. no D. A. n° 04, de 18.02.91).

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 82/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese e outros, que altera a alínea "a", do artigo 19 da Lei n° 4.766, de 16 de novembro de 1963. (Funcionários- IPE). Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F., com emenda da Comissão de Finanças.

Emenda: Aprovada.

Projeto: Aprovado.

O Projeto irá à Redação Final.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 79/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que dispõe sobre a publicação de atos relativos a pessoal da Administração Indireta. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.T.C., todos por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 21, de 18.03.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 79/91

PARECER:

De autoria do Deputado Algaci Túlio, o Projeto de Lei ora em apreço, dispõe sobre a publicação de atos relativos a pessoal da Administração Indireta do Estado, no Diário Oficial.

Não encontramos nenhum óbice a sua

tramitação normal, sendo nosso parecer pela continuidade do processo, nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVÍDIO CONSTANTINO

Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI N° 079/91

Protocolo n° 2312/91

AUTOR: Deputado Algaci Túlio

SÚMULA: "Dispõe sobre a publicação de Atos relativos a pessoal da Administração Indireta".

PARECER:

O constituinte Estadual já deu um passo largo, ao tratar do controle dos servidores, cargo, local de seu exercício etc, no art. 234, da administração descentralizada.

Em face do que dispõe o art. 54, XXVIII, da Constituição do Estado do Paraná, é da competência privativa da Assembléia Legislativa "fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta". (Grifamos).

Não é nada mais do que a repetição da Lei Maior que consagra a competência exclusiva do Congresso Nacional (Art. 49, X) em controlar e fiscalizar, diretamente, ou por qualquer de suas Casa, também os atos da administração indireta.

Não há, pois, tergiversação possível.

A fiscalização e o controle desta Casa alcançam a administração descentralizada, ou seja, aquela que se realiza por pessoa jurídica distinta do Estado.

Surgiu com a Emenda Constitucional n° 17 de 26 de novembro de 1965, continuou na Carta de 1967 e na Emenda n° 1/69, e na de 1988 e na nossa Estadual.

E por quê?

Porque, "não raro, sonegavam-se os atos dessa administração indireta à fiscalização parlamentar, sob a alegação de que, tendo as entidades que a desempenham personalidade jurídica própria, distinta do Estado, estavam fora do alcance do controle parlamentar..." (Manoel Gonçalves Ferreira Filho).

Assim, "o ponto principal desse preceito não é prever a fiscalização dos atos do Poder Executivo".

Mas o cerne está na fiscalização parlamentar daquelas entidades descentralizadas, no exercício do poder por excelência do Legislativo.

Pela apreciação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator.

# COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE LEI N° 79/91

PARECER:

De autoria do Deputado Algaci Túlio, o Projeto de Lei ora em apreço, dispõe sobre a publicação de atos relativos a pessoal da Administração Indireta do Estado, no Diário Oficial.

Não encontrando nenhum óbice quanto a sua tramitação normal, reiteramos o parecer do nobre Deputado Alceu Swarowski, da Comissão de Finanças, com PARECER FAVORÁVEL. Aprovado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.91.

(aa) NILTON BARBOSA

Presidente

JOAO IENSEN

Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 86/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tapira, Estado do Paraná, os imóveis urbanos conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.T.I.C., por unanimidade Aprovado. (Publ. no D.A. n° 23, de 20.03.91).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 86/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, o plano de lei em questão visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Tapira, Estado do Paraná, os imóveis urbanos, conforme especifica.

Inexistem óbices nos planos legal, regimental e constitucional que possam vir a prejudicar o trâmite normal da presente proposta por esta Casa de Leis.

Assim sendo, esta douta Comissão de Constituição e Justiça, ao ser chamada a opinar, vem a se pronunciar favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

## COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N° 86/91

PARECER:

O projeto de lei em epígrafe cumpre todas as exigências constitucionais, legais e jurídicas, segundo o parecer da Co-

missão de Constituição e Justiça.

No aspecto abrangido pela Comissão de Terras, Imigração e Colonização, a destinação proposta aos imóveis urbanos objetos do presente plano de lei, é louvável, e uma vez aprovada e transformada em lei, trará grandes benefícios ao município de Tapira e aos seus habitantes.

Cumprimentando o nobre Deputado Nilton Barbosa, pronunciamo-nos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente

EDSON SILVA LINO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 109/91, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL E ASSISTENCIAL SÃO LOURENÇO, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade Aprovado. (Publ. no D.A. n° 30, de 08.04.91).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 109/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Rafael Greca, o projeto em epígrafe pretende declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente Cultural e Assistencial São Leopoldo, com sede e foro na Cidade Industrial de Curitiba.

Cumpridas as exigências da Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978 que regula a matéria, nada há a objetar.

Somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 18.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

JOAO IENSEN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 117/91, de autoria do Deputado COSTENARO NETO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE JANDAIA DO SUL - APROJAN, com sede e foro no Município de Jandaia do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade Aprovado. (Publ. no D.A. n° 30, de 08.04.91).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 117/91

PARECER:

O Projeto de Lei n° 117/91, de autoria do nobre Deputado Costenaro Neto, objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação dos Professores de Jandaia do Sul.

Elaborado de acordo com o disposto na Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, e tendo sido atendidas as exigências ali estatuídas, merece parecer favorável.

Somos, em consequência, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 18.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
JOÃO IENSEN - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 126/91, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que autoriza a conversão em cabines duplas os veículo tipo pick-up ou caminhonetes. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.A.I.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 31, de 09.04.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 126/91

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, objetiva autorizar a conversão em cabines duplas, os veículos tipo pick-up ou caminhonetes, através das empresas especializadas legalmente estabelecidas no Estado do Paraná.

Analisando a matéria, sob o aspecto legal e constitucional, não há óbice que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela, neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
MÁRIO BEZERRA - Relator

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI N° 126/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, tem por finalidade autorizar a conversão em cabines duplas os veículos tipo pick-up ou caminhonetes.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, não há óbice à tramitação do projeto de lei em tela.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.04.91.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente  
JOÃO PREIS - Relator

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 126/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Dirceu Manfrinato, visa autorizar a conversão em cabine dupla,

os veículos tipo pick-up ou caminhonetes.

Encaminhado o citado projeto para as Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura, Indústria e Comércio, para se manifestarem dentro de suas respectivas competências, recebeu parecer favorável de ambas.

Chamada esta Comissão de Segurança Pública para opinar sobre o que lhe compete - § 9º, do art. 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, segue o mesmo posicionamento das comissões acima nominadas, sendo seu parecer igualmente favorável à aprovação do Projeto de Lei n° 126/91.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.04.91.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente  
ANTÔNIO ANNIBELLI - Relator

Sobre o referido projeto, emenda modificativa de plenário, de autoria dos Srs. Deputados João Preis e Colombino Grassano, com apoioamento dos Srs. Deputados Domingos Carvalho, Mário Bezerra e da Sra. Deputada Emília Belinati, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 126/91

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO

Nos termos do Regimento Interno (art. 142, inciso I), dê-se ao Projeto de Lei n° 126/91, a redação seguinte:

Art. 1º - Fica autorizada a substituição de cabines simples em cabines duplas, os veículos tipo pick-up ou caminhonetes, através das empresas legalmente estabelecidas no Estado do Paraná, independente do tipo de combustível utilizado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.04.91.

(aa) JOÃO PREIS e  
COLOMBINO GRASSANO

Apoioamento: Domingos Carvalho, Emília Belinati e Mário Bezerra.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente emenda não altera a substância da proposição entelada e ao contrário pretende adequá-la às expressões da vontade da norma jurídica a ser implementada.

É que a terminologia "conversão" utilizada pelo ilustre Deputado autor do projeto significa o "ato ou efeito de converter", ou seja, transformar o "uso de uma coisa".

Na realidade, o vocábulo mais correto, data vênica, para atender o espírito da lei é o "substituição" que significa "colocar em lugar de (pessoa ou coisa)".

As expressões "independente do tipo de combustível utilizado" decorre do fato de que os veículos movidos a gasolina ou ál-

cool têm permissão legal.

Finalmente, e adotando a justificativa contida no projeto original, completamos afirmando e destacando que os casos de troca de cabine simples por "dupla" nos veículos com motor a diesel não modifica ou substitue suspensão ou chassi do veículo, razão porque se nos parece que o projeto não viola a Resolução n° 727/89, do CONTRAN.

Em discussão.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Para encaminhar)  
- Sr. Presidente, Excelentíssima Deputada, Srs. Deputados, senhores empresários que nos honram com suas presenças nesta Casa.

Inicialmente, queremos agradecer às Comissões de Constituição e Justiça desta Casa, de Segurança Pública, Agricultura e Indústria e Comércio, na pessoa dos Srs. Deputados que as representam, em razão do parecer favorável ao projeto de nossa autoria, o Projeto de Lei n° 126/91, que se relaciona à questão que estamos vivendo neste momento, no único Estado brasileiro que é a polêmica criada em relação às caminhonetes de cabines duplas.

Fizemos um apelo anteriormente através desta tribuna. Aqui discutimos e questionamos a nossa preocupação em relação a esta dúvida e a esta polêmica criada no nosso Estado. E nós não podemos fazer com que o Paraná passe a gerenciar através de uma decisão do DETRAN do Paraná por uma resolução do CONTRAN que regulamenta a questão a nível nacional e que esta medida foi acionada no nosso Estado.

Entendendo, e os demais Deputados com quem conversei, que não podíamos continuar com esta dúvida que está trazendo um prejuízo violento aos empresários paranaenses.

Nós sabemos que já houve desemprego. E uma das grandes preocupações nossas foi em relação ao desemprego que estamos vivendo a nível nacional e a nível de Paraná. Por esta razão tomamos esta decisão de trazer para apreciação dos Srs. Deputados, os quais, tenho certeza, os empresários do Paraná receberão apoio dos Srs. Parlamentares.

Para dirimir de vez esta dúvida levantada, pelo menos a esta Casa, cumpre a ela determinação de transformar através dos Srs. Deputados em uma lei que autorize a conversão ou confecção de caminhonetes cabines duplas no nosso Estado.

Eu citaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando há uma fiscalização ostensiva, em cima desses veículos; eu faria neste momento, um comparativo em relação às usinas de álcool do Paraná e no Brasil.

Nós podemos até precisar com certeza

de 50% dos veículos que transporta a cana do País e aqui no Paraná, 50% são movidos a óleo diesel.

Nós que analisamos o aspecto legal com relação à caminhonete diesel, e fazendo este comparativo quando as usinas se utilizam de caminhão diesel, quando na verdade ela teria que ter 100% dos caminhões movidos a álcool. Primeiro que é uma produção brasileira, é um produto nosso e nós não sabemos onde está o interesse, não sabemos qual a posição do Conselho Nacional do Petróleo, quando teria que tomar esta medida primeiro, em relação ao álcool transportado em cima do diesel.

Nós sabemos que a tecnologia das nossas indústrias de caminhões, avançam com grande tranquilidade os motores movidos a álcool. Nós temos aí a linha Volkswagen, que tem os caminhões a álcool, mas uma dificuldade muito grande de se encontrar no mercado, quando deveriam dar prioridade o Conselho Nacional do Petróleo e até mesmo o Ministério da Indústria e Comércio dar prioridade às usinas de álcool, para que tivessem aquisição desses veículos movidos a álcool.

Então eu acho que se formos tomar medidas drásticas, em relação as camionetes movidas a diesel, nós teríamos que levantar muitas coisas neste País, para se ajustar.

Eu faço neste momento, um apelo aos Senhores Deputados, para que votem favorável a este projeto de nossa autoria e que não queremos receber sozinho o mérito desse trabalho. Eu acho que o mérito desse projeto, é um mérito desta Casa, e de todos os Senhores Deputados que aqui estão, porque nós estamos preservando um direito do trabalhador.

Se existe algum imposto a ser acrescentado pelas camionetes convertidas, nós não discutiremos esta questão junto ao Governo do Estado. Nós entendemos que se há uma modernização oferecendo o melhor conforto aos passageiros e aos proprietários, nós entendemos que se houver uma taxa de imposto um pouco mais alta, nós estaremos de acordo.

O que nós não podemos deixar é que a nossa tecnologia, a tecnologia brasileira, através das empresas do meu Estado, passam a ter as dificuldades na competição do mercado brasileiro de veículos.

Hoje há total liberdade de importação dos veículos. Mas, eu entendo de que se nós temos a tecnologia e podemos oferecer um veículo competindo com o mercado do exterior, o porquê, não prestigiar os pequenos e médios empresários, uma vez que o próprio Governador do Estado Roberto Requião, deseja anistiar 71 mil empresas, do ICMS do Paraná, para dar o maior apoio



Curitiba, segunda, em 29.04.91

as indústrias paranaenses, e eu não vejo razão deste fato, que nós levantamos, Senhores Deputados, e por isso, eu tenho certeza que os empresários do Paraná, e o Deputado Dirceu Manfrinato, contará com o apoio de Vossas Excelências.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Sr. Ernani Pudell - Senhor Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - (Para encaminhar) -

Eu quero, aqui, registrar a posição do Partido dos Trabalhadores e também a posição do PSB, que nós, em princípio, somos contrários à utilização de óleo diesel em veículos como as caminhonetes cabine dupla, que são veículos essencialmente de passeio. E portanto, considerando-se que o óleo diesel é um combustível subsidiado para diminuir os custos de frete, neste País, nós somos por isso contrários à utilização deste combustível nestas caminhonetes.

Todavia, considerando-se que esta é uma norma que se pretende implantar apenas a nível do Estado do Paraná, a proibição de licenciamento destes veículos apenas no Estado do Paraná, e considerando-se ainda as informações de que em outros Estados se faz o licenciamento destes veículos, nós queríamos, mantendo-se esta proibição no Paraná, apenas prejuízos ao Estado.

O primeiro prejuízo seria, obviamente, o desemprego em massa dos trabalhadores que fazem esta conversão nas respectivas empresas. O segundo prejuízo seria a evasão de impostos, em especial o IPVA, para outros estados, porque aí os proprietários destes veículos certamente irão licenciar estes veículos no Estado de São Paulo, Santa Catarina e assim por diante.

Diante deste fato, nós vamos, embora contrários à utilização de óleo diesel em caminhonetes de passeio, nós vamos votar favoravelmente ao projeto do Deputado Dirceu Manfrinato, tendo em vista que poderá ocorrer esta distorção e com prejuízos gravíssimos ao Estado do Paraná.

Mas, ao mesmo tempo, quero aqui deixar firme a nossa posição, de que nós iremos sugerir à Bancada Federal do Partido dos Trabalhadores, que entre com um projeto de lei proibindo a utilização de óleo diesel em qualquer veículo de passeio.

Era isso, muito obrigado.

O Sr. Elío Rusch - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para en-

caminhar, com a palavra o Deputado Elío Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, não poderia ser nosso posicionamento contrário ao projeto do Deputado Dirceu Manfrinato.

No início do mês de abril, nós também, através de um requerimento, dirigido ao Diretor do DETRAN do Estado do Paraná, para que ele fosse reaver a posição tomada por este Órgão, em relação à transformação das caminhonetes cabine dupla.

Nós sabemos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que existe uma resolução do CONTRAN, que leva o número 727, que proíbe, em tese, a transformação das caminhonetes originalmente fabricadas em motor a diesel, convertidas para cabine dupla.

Nós sabemos, também, Senhor Presidente e Senhores Deputados que o Governador do Estado do Paraná, através de uma feliz iniciativa, está fazendo uma ampla campanha no Estado do Paraná, no sentido de arrecadar mais. Pedindo, para isso, a compreensão e a colaboração do povo do nosso Estado. E, nós sabemos que esta medida tomada pelo Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, vem justamente contrariar as idéias e a posição do Senhor Governador do Estado porque os interessados em transformar estas caminhonetes cabine dupla estão se dirigindo neste instante, neste momento, para outros Estados. E não só levando a mão-de-obra para outros Estados, como também licenciando estes veículos em outros Estados. E, nós perdemos com isto por consequência o IPVA. Os proprietários destas cominhonetes, transformadas em cabines duplas, já têm um acréscimo em 50% sobre a propriedade dos veículos automotores. Existe hoje em nosso Estado 16 indústrias neste ramo que oferecem 600 empregos diretos. Mais de 4 mil pessoas são beneficiadas indiretamente. E por dezenas e dezenas de outras pequenas empresas que também sobrevivem em função destas indústrias que transformam as caminhonetes em cabines duplas.

Esperamos a compreensão de todo este Parlamento e, acima de tudo, a compreensão e a sensibilidade de Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, em sancionar este projeto de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato que vem realmente atender os interesses não destes proprietários, mas vem atender os reclamos e o conclamo do Governador do Estado.

Parabéns Dirceu. Esperamos a aprovação.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Para discutir)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me chamou a atenção neste projeto do Deputado Dirceu Manfrinato foi que na quinta-feira eu o mostrava através da minha rede de televisão para todo o Estado do Paraná. Na sexta-feira centenas de telefonemas chegavam novamente a nossa rede, pedindo esclarecimentos a respeito do projeto do Deputado Dirceu Manfrinato.

Por ali cheguei a uma conclusão de quão importante é a aprovação deste projeto nesta Casa. O Paraná inteiro ligando para um programa de televisão perguntando se a lei, depois de aprovada, não haveria o veto do Governador.

Esta é uma outra história que havermos de discutir: se vai haver ou não o veto do Senhor Governador.

O importante aqui hoje é que este projeto, como disse o Deputado Élio Rusch, vai continuar.

Antes gostaria de explicar. Não concordo, por exemplo, com uma pessoa que tira uma caminhonete, pega a revista Quatro Rodas e esta revista estava na hora também de divulgar um pouquinho as nossas indústrias, as nossas fábricas que produzem as cabines duplas no Paraná, ... porque você vê os jornais, você vê as revistas e dá-se a nítida impressão que no Paraná não temos empresas para fazer uma cabine dupla em uma caminhonete. Então está na hora de divulgarmos que temos empresas no Paraná que fazem estas cabines duplas. Está na hora de divulgarmos que o Paraná também é um "expert" no assunto. Não é apenas São Paulo. Não é apenas o Rio de Janeiro, Santa Catarina, ou outros Estados da Federação. Temos que divulgar que o Paraná também tem indústrias profissionalizantes. Temos indústrias que fazem este tipo de conversão.

Acho de fundamental importância não só o projeto, Deputado. O projeto temos que votar 300 vezes, se for necessário. Porque isto vai beneficiar as grandes empresas do Paraná. Da menorzinha até a maior. Todas elas têm condições de fazer o que São Paulo também faz. Não é São Paulo, só São Paulo que é importante na conversão de cabines duplas. Você vê uma recente reportagem da revista Quatro Rodas que São Paulo é o Estado que tem condições de oferecer melhor padrão numa cabine dupla para sua caminhonete e aquilo me revoltou, o Paraná nós temos grandes firmas, grandes empresas que fazem até melhor do que o Estado de São Paulo. Então esse projeto além de beneficiar a classe trabalhadora, não vou partir aqui para o problema do óleo diesel, mas acho que no momento nós temos que aprovar esse projeto. A repercussão que causou esse projeto no meu programa de televisão foi grande, o Paraná inteiro ligando, todo mundo preocupado com esse projeto, espero que seja aprovado, porque vou votar favoravelmente, mas o mais importan-

te ainda, fazer um conclamo a todos os paranaenses, a todos os brasileiros que residem no Paraná, além desse projeto vamos prestigiar as grandes empresas do Paraná neste ramo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Em votação o projeto.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto conservem-se como estão. Aprovado. Há emenda substitutiva.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Essa emenda ficaria para votação de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A emenda é apresentada e o projeto irá à Comissão de Justiça por 48 horas.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu gostaria de solicitar à Mesa se possível a leitura da emenda para que os empresários tivessem conhecimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede a leitura da emenda.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto está aprovado em 1ª e volta à Comissão de Justiça para parecer da emenda.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero nesta oportunidade agradecer Vossa Excelência pelo apoio de Vossa Excelência e dos Deputados que compõem as Comissões que se possível dessem o parecer com a maior rapidez possível porque nós estamos vivendo alguns momentos de incerteza em relação aos veículos que estão sendo apreendidos, acho que quanto mais rápido nós votarmos e encaminharmos a Mensagem ao Governo nós estaremos tranquilizando a população do Paraná.

E espero como já contei com Vossa Excelência tenho certeza que Vossa Excelência vai nos apoiar.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto encontra-se em regime de urgência. A comissão terá 48 horas para o parecer.

Sobre a mesa, requerimento de nº 929, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 931, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 928, de autoria do

Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 915, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 916, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 917, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 930, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 932, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n.º 934, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 935, 936, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 901, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell, Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Encaminhamento de votação).

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estamos recomendando a nossa Bancada e aos demais parlamentares com assento nesta Casa que não aprovemos esse pedido de informações dado que o mesmo vem com vício de marcação em cima de um determinado Parlamentar. Nós entendemos que se o requerimento encaminhado à Casa versasse sobre um pedido de informação sobre ações, de forma generalizada, da Secretaria da Fazenda com relação a possíveis empresas que estariam sonegando impostos, não teríamos nós maiores motivos para não aprovar um pedido desse. Mas como se trata de um assunto específico, direcionado a uma determinada empresa, nós entendemos que é uma atitude de marcação em cima de um determinado Parlamentar e por esta razão entendemos que não mereça deste Parlamento a aprovação um requerimento com esse tipo de iniciativa.

Por esta razão, estamos pedindo aos Srs. Parlamentares que reprovemos este requerimento de autoria dos Deputados Ovídio, Ernani e Dr. Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nosso requerimento foi fruto do que a imprensa tem noticiado nos últimos dias.

A Folha de Londrina na semana passada trouxe denúncia do Deputado Antônio Romero Filho, de que ocorria sonegação de impostos por parte dos abatedouros e dos frigoríficos do nosso Estado.

Tal denúncia da Folha de Londrina foi prontamente rebatida pelo Deputado Orlando Pessuti e prontamente rebatida pelo Deputado Geraldo Cartário, como não sendo verdade.

No dia seguinte a própria Folha de Londrina, no seu informe político, traz a notícia escrita que Requião de Mello e Silva espumou ao ver os débitos dos frigoríficos, está escrito nesse linguajar. Não é meu o linguajar.

Como a imprensa traz denúncias e eu que usei da Tribuna para falar a respeito disso e meus companheiros de bancada nenhum de nós acusamos nenhum dos Deputados presentes de estar envolvido e se os Deputados Orlando Pessuti e Geraldo Cartário acham que estamos colocando envolvimento de qualquer dos Srs. Deputados, eles que digam o nome desse Deputado e que ele possa daí inclusive dizer se ele está ou não, tem toda a liberdade de usar da tribuna e dizer se há marcação em cima de alguém.

Portanto, o pedido do Deputado Orlando Pessuti, no entender da bancada do Partido dos Trabalhadores e que limitemos o nosso poder, o poder do Poder Legislativo de fiscalizar, ele não quer o poder fiscalizatório por parte da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nada mais do que isso e nós todos parlamentares fomos eleitos justamente para que toda e qualquer denúncia veiculada na imprensa ou não pudesse ser clareada, pudessemos buscar a verdade e é nesse sentido que nós do Partido dos Trabalhadores apresentamos isso.

E inclusive quem vai responder é o Governador Roberto Requião que é do próprio partido do Deputado Orlando Pessuti, que se opõe à transparência por parte do Poder Executivo.

Nós estamos sentindo que o que Orlando Pessuti coloca é querer evitar que deixe claro o transparente todas as ações do Governo e todas as ações das Secretarias da Administração e das Finanças, no sentido de apurar qualquer irregularidade que porventura há.

Então é o encaminhamento nosso no sentido de que os Srs. Deputados, que democraticamente votem favorável para que

seja transparente se há ou não dívidas ou sonegação de impostos desses frigoríficos com o Estado do Paraná que conforme tudo indica está necessitando de muito dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão.

Rejeitado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 79, 86, 109 e 117/91.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO RAFAEL GRECA DE MACEDO, EM SESSÃO DO DIA 29 DE ABRIL DE 1991

#### "A Integridade Territorial do Paraná"

De tempos em tempos, parece que na falta de tema mais sério, alguns políticos agitam a bandeira do desmembramento territorial do Paraná, com a criação de um novo estado a Oeste, que englobando porções de Santa Catarina, configuraria o estado do Iguazu. É hora de dar um basta a essas explosões de oportunismo eleitoral que, se valem para a investidura de um apenas entre trinta Deputados paranaenses, não podem ser tomadas como evidência de que os paranaenses querem ou aceitam um fracionamento de sua base territorial.

Mesmo porque, no Brasil meridional não se pode cogitar com seriedade uma redivisão territorial por tudo inoportuna. Esta porção do Centro-Sul do País já está consolidada, com suas confrontações assentes por séculos de ocupação contínua, formando conjuntos próprios que não devem ser alterados. O "animus" de reconfiguração territorial continua valendo para os imensos espaços do Centro-Norte, onde as terras centrais do Oeste mato-grossense ou da ampla planície amazônica ainda são desafios à presença humana. Com efeito, foi ali que se processaram alterações do mapa político neste século, com o surgimento de estados como Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rondônia, Acre e, mais ao Norte, Roraima e Amapá.

No Paraná o ecúmeno estadual foi integrado há uma geração, após quatro séculos de constante penetração do elemento colonizador europeu no mundo do sertão e das divisas do próprio território nacional com

o estrangeiro. No século de 1.500, seguindo-se à descoberta, os primeiros desbravadores seguiram até a bacia do Rio Paraná, em Salto Del Guayrá, atravessando o continente pelo caminho pré-histórico do Peabiru. Depois, na fase da união da Coroa Portuguesa à Espanha (entre 1.580-1.640), os jesuítas espanhóis cuidaram possível civilizar o elemento indígena por meio das aldeias cristianizadas, ou reduções.

Foi a chegada dos bandeirantes paulistas à região de Guaíra, para preparar os índios aculturados, entre 1.610 e 1.630, que abriu ao conhecimento da gente portuguesa a amplidão dos sertões paranaenses. Depois de abandonado durante mais de um século, o território de noroeste voltaria a ser palmilhado, já próximo à Independência, por iniciativa do governador-general da então capital de São Paulo, o Morgado de Matrus. Este, através de seu representante especial para as comarcas de Curitiba e Paranaguá, Afonso Botelho, forçou expedições militares de reconhecimento e conquista dos territórios a Oeste, entestando com o elemento espanhol.

Foi assim que se expandiu a colonização tradicional desde os planaltos de Curitiba no rumo dos Campos Gerais, depois até Guarapuava e Palmas; a seguir subindo até Campo Mourão e reconhecendo a bacia do Rio Tibagi e outros cursos d'água que levaram ao grande vale do Rio Paraná, até o fechamento do perímetro paranaense. A prova da anterioridade da presença paranaense nesses sítios do Oeste está em que foram os paranaenses que exportaram para o Sul e o Prata o hábito muito nosso do uso da erva-mate.

Portanto, alegar uma pretensa penetração de colonos vindos do Sul para a ocupação do Oeste paranaense, como título para o desmembramento, soa historicamente falso e politicamente inadequado. Mesmo porque hoje não se fala mais em ilhas de povoamento: o Paraná é um todo integrado, que ocupa no seu anel central de Pitanga a última fronteira agrícola. A gente oestina se mostra hoje tão integrada ao todo paranaense que, nesta semana, um representante seu - o engenheiro Mário Pereira, ocupou a cadeira governamental em caráter interino.

Ademais, além das cautelas previstas pela Constituição Federal, a Constituição Estadual sustenta como artigo de fé a integridade territorial do Paraná, no seu artigo 3.º. Só por plebiscito em que é ouvida toda a população, seguido de lei complementar - que é votada pela maioria absoluta dos membros do Congresso - se pode cogitar de desmembrar o Paraná. Isso, além de improvável, será rechaçado pelos paranaenses que vivem e amam sua terra e estão prontos a defendê-la contra arroubos irresponsáveis."